



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639875 - SP (2021/0011326-2)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUANA TRINO DE MEDEIROS - RJ184191
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : C E DA S A J (INTERNADO)
CORRÉU : J S DE O
CORRÉU : G D DA S
CORRÉU : P E DO N F
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de C E DA S A J em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (apelação n. 1514213-34.2020.8.26.0228).

Ao paciente foi aplicada a medida socioeducativa de internação em razão da prática de ato infracional equiparado ao delito previsto no art. 157, § 2º, inciso II, por cinco vezes, na forma do art. 69, *caput*, ambos do Código Penal.

Aduz a impetrante que a medida imposta ao paciente é desproporcional devido à sua primariedade, bem como porque aos outros adolescentes foi estabelecida a medida menos gravosa de semiliberdade.

Salienta que a gravidade abstrata do delito não pode servir para a colocação do adolescente em medida de internação, à luz do enunciado n. 718 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, aplicável ao caso por analogia.

Ressalta a pandemia de covid-19 e a Recomendação CNJ n. 62/2020, mencionando que o paciente tem registro de doença pulmonar (bronquiolite) na infância.

Entende que, nesse contexto, deve ser dada preferência às medidas socioeducativas em meio aberto.

Requer, liminarmente, que o paciente seja colocado em liberdade assistida. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que a internação seja substituída por medida em meio aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

O acórdão recorrido deixou assente a necessidade de incidência da medida socioeducativa de internação, destacando o seguinte (e-STJ fl. 229):

Os atos infracionais foram praticados mediante concreta grave ameaça contra as vítimas, por meio

de concurso de pessoas, estando sujeito à medida socioeducativa de internação, nos termos do artigo 122, inciso I, do ECA.

As particularidades do ato infracional demonstraram fortes desvalores sociais, de modo que suas atuações não podem ser tidas como de somenos importância, a fim de embasarem as equivocadas medidas socioeducativas em meio aberto.

A aplicação da medida de internação pelo Juízo “a quo” ao adolescente C. foi acertada.

O adolescente C., embora tecnicamente primário (fl. 95/98), estava cultivando amizades bastante prejudiciais e fazia uso de maconha desde os 12 anos.

Apesar de matriculado, apresenta absoluto desinteresse em relação aos estudos.

Havia muita dificuldade por parte dos avós em lhe impor limites. (fl. 200/206).

[...]

Por tais razões, a medida de internação é a que melhor se adequa aos adolescentes C., G. e J., não havendo espaço para tratamento em meio semiaberto, diante das latentes necessidades desses jovens, os déficits socioeducativos identificados nos adolescentes.

Ademais, verifica-se que o pedido de abrandamento da medida socioeducativa imposta a C E DA S A J em razão da sua condição de saúde é tema que não foi apreciado pela Corte Estadual, restando inviável sua análise diretamente por este Sodalício, sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência